

NARRATIVAS SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ZONA RURAL DE SIDROLÂNDIA

Vivian Nantes Muniz Franco¹

Luzia Aparecida de Souza²

Resumo: Este trabalho busca analisar a formação e atuação de professores primários que ensinavam matemática na zona rural do município de Sidrolândia no período que compreendeu o desmembramento do estado de Mato Grosso, visando contribuir para um mapeamento mais amplo. Optou-se por elaborar uma construção discursiva das escolas rurais através de documentos escritos encontrados em acervos do município e de relatos de professores que vivenciaram esta realidade na região, durante período proposto. Nesse sentido, adotou-se a História Oral como metodologia qualitativa para construções narrativas.

PALAVRAS-CHAVE: 1) Formação de Professores. 2) Escolas Rurais. 3) História Oral.

Introdução

O trabalho aqui esboçado busca construir narrativas junto a professores que ensinaram matemática em escolas que se destacam, ainda hoje, no interior de Mato Grosso do Sul, especificamente, as escolas rurais de Sidrolândia, município que conquistou sua emancipação político-administrativa em 11 de dezembro de 1953.

A escolha do município de Sidrolândia - que está localizada em Mato Grosso do Sul, a aproximadamente 60 km da capital, Campo Grande - para a realização da pesquisa, se deu primeiramente, por ser onde reside a autora, o que favorece o andamento da pesquisa, mas também, pelos indícios de que existiram escolas rurais, neste município, no espaço histórico que queremos investigar. Em Sidrolândia é comum, até hoje, o funcionamento de escolas rurais, decorrente do vasto território rural e da atividade agrícola que sempre foi predominante na região.

Considerando a criação dos Grupos Escolares na década de 1890 no país (SOUZA, 2011) e, particularmente, sua institucionalização a partir de 1910 em Mato Grosso, torna-se relevante analisar a permanência e expansão (hoje em dia, vinculada ao atendimento das necessidades de assentamentos) das escolas rurais no estado. O recorte temporal pelo qual

¹ Vivian Nantes Muniz Franco, Acadêmica da Licenciatura em Matemática, CCET, UFMS, viviannantes@hotmail.com

² Luzia Aparecida de Souza, Professora do CCET e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática da UFMS, orientadora da pesquisa aqui, em parte, relatada. luzia.souza@ufms.br

optaremos neste estudo envolve o desmembramento do estado de Mato Grosso (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 31, DE 11 DE OUTUBRO DE 1977).

Desse modo, buscando compreender a formação e atuação dos professores que ensinavam matemática nas escolas rurais de Sidrolândia, propomos a construção do cenário escola/educação rural com o intuito de nos aprofundarmos neste contexto e, também, identificar as possíveis alterações dessas instituições de ensino a partir da criação do estado de Mato Grosso do Sul. Essa proposta articula-se a um projeto mais amplo, aprovado e financiado pelo CNPq, do Grupo de Pesquisa “História da Educação Matemática em Pesquisa”. Este projeto visa mapear e analisar as propostas e práticas de formação de professores no estado de Mato Grosso do Sul.

Perspectiva metodológica

Considerando os objetivos dessa pesquisa, adotou-se a História Oral (MEIHY, 2002; SILVA e SOUZA, 2007; SOUZA, 2006) como método de pesquisa qualitativa. Como afirmam Silva e Souza (2007) “[...] a história oral traz consigo uma intenção comum a qualquer área que dela se utiliza: a valorização de *narrativas orais* como fontes de pesquisa” (p. 141). Esse método nos permite criar fontes intencionais a partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram essa realidade e, dessa forma, construir um cenário sobre a temática que queremos investigar. Meihy (2008) afirma que,

[...] a memória – individual ou de um determinado grupo – tornou-se matéria prima para a formulação de narrativas que se amparam em lembranças e referenciais que dispensam provas ou enquadramentos ditos científicos, confirmados por documentos escritos, arquivados, protocolares. (p. 144)

Com fundamentação historiográfica na Nova História (BLOCH, 2001; LE GOFF, 2001) e com orientação nos trabalhos de Bolívar (2002) sobre as potencialidades das narrativas para a pesquisa científica e formação de professores, estruturaremos essa investigação sob procedimentos de construção de roteiros menos abertos que guiam o interlocutor de forma que este narre sobre o tema abordado ou sobre suas cercanias; critérios de rede; a gravação que visa à produção de uma primeira gama de documentos: os orais e/ou os imagéticos; a transcrição que é um processo de degravação, nela, são preservados os vícios de linguagem, as pausas, interrupções, a ordem em que as questões são colocadas ou consideradas; e a textualização de entrevistas que é a edição da gravação ou da transcrição. Nesta, está-se preocupado com a construção de uma narrativa mais fluente; bem como com a produção de

uma análise acerca do cenário aqui proposto para construção. Trabalhando com estes instrumentos de pesquisa, é bom lembrar que lidamos com o que o indivíduo deseja revelar ou ocultar e com a imagem que quer projetar de si mesmo e de outros (GOLDENBERG, 2003).

acreditamos que a história oral como fundante metodológico é extremamente apropriada, pois ao resgatarmos informações que estão na memória daqueles que vivenciaram a realidade das escolas rurais, pudemos obter novas informações, diferentes ou confirmadoras daquelas presentes nos poucos documentos escritos disponíveis, evidenciando como as práticas do ensino de Matemática foram efetivadas nas escolas rurais nessa região, permeados por suas características próprias (MARTINS, 2003, p.19).

Duas coisas fundamentais para a realização de entrevistas, com o intuito de construção de narrativas, são o planejamento prévio e a ética. “Por esta ética, entendemos, em primeiro lugar, as obrigações morais de um profissional na condução de um projeto de história oral” (DENIS, 2008).

As considerações esboçadas até o momento indicam como central os cuidados na produção de fontes a partir de situações de entrevistas, isso ocorre por ser esta a principal intenção da metodologia proposta. Esse foco, entretanto, não exclui a utilização de outras e diversas fontes históricas. Como anunciado no início deste texto, a multiplicidade de fontes e sua articulação são preocupações constantes no exercício investigativo aqui proposto. A própria perspectiva historiográfica (inspirada em BLOCH, 2001, e, posteriormente, na vertente proposta por LE GOFF, 2001) que fundamenta essa metodologia, ao buscar estudar as ações dos homens no tempo, vivendo em comunidades, indica a necessidade de articulação entre as mais diversas fontes.

O retrato da escola/ensino rural na discussão centro-periferia

Para Schmitt (2001), movimentos diferenciados na historiografia requerem a ampliação da perspectiva histórica que, por sua vez, requer a ampliação das fontes consideradas como plausíveis.

Considerando os limites impostos pelo tempo, as possibilidades de exploração dessas fontes parecem ter sido significativamente efetivadas na História: segundo Schmitt (2001), elas têm permitido a constituição de retratos (de uma instituição, pessoa, curso, época) e da linguagem de instituições consideradas marginais em uma certa época e, com isso, permitem a

releitura da história do centro. O autor defende que uma sociedade revela-se plenamente no tratamento de suas margens.

Dessa forma, o movimento centro-periferia coloca-se como uma proposta ampla de compreensão do processo histórico e aponta para a possibilidade de investigar mudanças nas estruturas social, econômica e ideológica, tendo em vista que o conhecimento/reconhecimento desse processo de marginalização nos fornece indícios dos valores e recusas de nossa própria sociedade.

A temática aqui proposta, busca observar as afecções sociais da organização do estado em relação às escolas rurais do interior, especificamente, propõe um estudo de caso em Sidrolândia (onde essas escolas são, até hoje, típicas). O não investimento no interior do estado emerge em alguns estudos como uma das causas do desmembramento do estado de Mato Grosso e, considerando a realidade da criação de escolas rurais (condicionadas, muitas vezes, à doação de terras por parte de fazendeiros), propomos um olhar sobre as condições de funcionamento e organização das escolas rurais, bem como do ensino de matemática efetivado internamente a estas após a criação do estado de Mato Grosso do Sul. A historiografia nos permite reunir vestígios, que possibilitam construção desse cenário das escolas rurais.

Desse modo, propõe-se um olhar acerca do movimento de mudanças e permanências na formação e atuação de professores nessas escolas, por muitos, consideradas marginais.

Existem muitas discussões a respeito da intenção/objetivo da escola rural, talvez essas intenções sejam incertas e até mesmo diferentes, em relação ao tempo e lugar. Garnica e Martins (2006) fazem “[...] referência ao fato de ser a escola rural um projeto visando a dar à criança do campo as mesmas oportunidades das crianças da zona urbana, mesmo em meio a tantas adversidades.” Já Almeida Júnior (1944) mostra que existem controvérsias quando falamos sobre a finalidade da criação de escolas rurais,

De um lado estão os que querem converter a escola primária da zona rural em escola “profissional”; de outro, os que entendem mantê-la simples instituto de educação primária. Segundo aqueles, o objetivo essencial do mestre da roça consistirá em fazer da criança um trabalhador agrícola, desde cedo especializado nas fainas rurais, e definitivamente vinculado ao campo. Segundo a corrente oposta, a escola primária da zona rural, idêntica nos objetivos à da zona urbana, não poderá ter (como esta não tem) qualquer caráter vocacional, pois visará dar à criança a indispensável base de educação comum que, assimilando-a socialmente à coletividade humana, lhe permitirá, conforme os seus interesses futuros, circular livre-mente do campo para a cidade, ou vice-versa, e sem excessivo esforço, adaptar-se a esses dois ambientes. (p. 31)

Nossa preocupação vai além de definir o porquê da criação dessas escolas no meio rural. Pretendemos chegar aos que aspiravam pelo surgimento dessas escolas e o que almejavam com esta proposta. Será que esse intuito vinha do poder público, ou político? Como afirma Fortes, 1993/1994, “Fundar uma escola e contratar professora para ensinar aos filhos dos empregados da fazenda e os dos agricultores da região resultava em prestígio político” (ao analisar a escola rural entre 1918 e 1939). Talvez a iniciativa viesse da própria comunidade rural? Ou de educadores interessados em ensinar? Ou ainda de interessados em aprender? Será que o propósito estipulado era alcançado pelas escolas rurais? É importante que essa questão principal seja respondida no decorrer da pesquisa, pois a intenção de se criar uma escola, pode intervir na atuação do professor ao exercer sua função.

Da mesma forma, vamos analisar as condições de funcionamento e organização dessas escolas, pois as típicas escolas rurais possuem algumas características específicas, já descritas em bibliografias que tratam do tema, que podem influenciar diretamente no ensino-aprendizagem. Dentre as características mais marcantes estão: a infraestrutura precária, “Muitos prédios eram de madeira, constituídos por apenas uma sala, sem a existência (ou com existência precária) de sanitários, cozinha e pátio.” (GARNICA; MARTINS, 2006); classes multisseriadas, “A classe multisseriada, unidocente ou multigraduada, característica marcante das escolas rurais é formada por alunos que cursam diferentes séries, agrupados na mesma sala de aula e recebendo orientação de um único professor.” (FORTES, 1994). Além disso, destaca-se a falta de recursos e a sobrecarga de funções. Como afirma Martins (2003),

A falta (ou carência) de recursos, tanto de materiais de consumo quanto dos didáticos, nas escolas rurais, também interferia na forma de atuação dos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem.” (p.48)

[...]

A configuração geral das escolas rurais acabava exigindo do professor um acúmulo de funções. Este, além das atribuições da docência, tratava das matrículas, de toda parte administrativa da escola, da manutenção de materiais e também da limpeza [...]. (p. 50).

Após construído este panorama acerca dos aspectos intensionais, funcionais e físicos da escola rural, é que vamos olhar para o professor (formação/atuação) e o ensino de matemática neste contexto.

A formação dos professores que atuavam nas escolas rurais é o ponto central da nossa investigação. Temos um interesse (que vem do projeto maior no qual esta pesquisa está inserida) em saber quem eram esses professores e qual formação apresentavam, considerando

que, tanto o estado quanto o município estavam em fase de estruturação e, pelos indícios encontrados, não dispunham de cursos para formar professores. Mesmo na zona urbana de Sidrolândia, nesse primeiro momento, as escolas só ofereciam o ensino primário. Também, temos que considerar a possibilidade desses professores serem leigos, e atuarem com o “diploma de boa vontade”. Martins (2003) identificou em sua pesquisa que “A maior parte dos professores da zona rural eram iniciantes e atuaram como substitutos, tendo por isso, inicialmente, apenas formação em Curso Normal.” Já Fortes (1993/1994) que pesquisou a escola rural em um período mais antigo, menciona a atuação de professoras normalistas e professoras leigas em escolas rurais.

Quanto ao ensino da matemática, faremos a caracterização de tópicos fundamentais, sendo alguns deles: os conteúdos ensinados e a maneira como eram trabalhados; os métodos utilizados pelo professor; materias que auxiliavam no ensino, como livros, jogos; o responsável pela elaboração dos conteúdos; os obstáculos enfrentados pelo professor (ensino) e pelo aluno (aprendizagem).

Em seu trabalho, Martins (2003) verificou que “[...] na zona rural, [...] o ensino de Matemática privilegiava o sistema decimal – praticamente restrito à aprendizagem da contagem – as quatro operações fundamentais, ‘resolução de problemas’ – que se tratava de problemas de aplicação – e às tabuadas de dois à do nove, decoradas” (p.122). Martins (2003) também fala dos métodos e materiais utilizados pelos professores: “Com as lacunas em sua formação, os professores buscavam desenvolver estratégias para ensinar os conteúdos matemáticos nas escolas rurais que, [...] estavam desprovida de recursos didáticos”(p.124).

Planejamos, por meio da situação de entrevistas, orientadas pela metodologia História Oral, produzir fontes que nos permitam compor sistematicamente as considerações sobre as escolas rurais e construir um retrato da escola rural de Sidrolândia. Martins (2003) nos motiva ao afirmar que “As possibilidades de se compreender a escola rural, a formação de seus alunos e professores, a partir dos depoimentos coletados, são enormes.”

Alguns indicativos neste início de trabalho

Foi realizado um primeiro levantamento de professores e alunos associados às escolas rurais do município, principalmente aqueles vinculados ao período sugerido pela investigação, que podem contribuir com o trabalho. Da mesma forma que estamos buscando, junto aos acervos do município, documentos em geral relacionados com o tema em questão.

O contato prévio com esses possíveis interlocutores, para além da programação de entrevistas, tem a potencialidade de contribuir para um resgate, junto à população, de documentos da época, como cadernos de alunos, livros, fotografias.

Já foram realizadas três entrevistas, duas destas, já transcritas e textualizadas. Sendo a primeira delas, realizada com uma professora que coordenou escolas rurais do município, e que nos forneceu nomes de professores que trabalhavam nessas escolas. Das outras duas professoras já entrevistadas, uma atuou em várias escolas, localizadas em diferentes fazendas da região, e a outra trabalhou e morou em uma escola.

Ainda estamos estabelecendo contato com outros colaboradores, para realização de mais entrevistas, com a finalidade de formar, primeiramente, um acervo de narrativas, para então iniciarmos a análise proposta pela pesquisa.

A opção por enviar esse trabalho em início de desenvolvimento, ressalta-se, está justamente na importância de busca por interlocuções quanto ao exercício proposto.

Referências

- ALMEIDA JR. A. Os objetivos da Escola Primária Rural. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-35, 1944.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOLÍVAR, A.B. “¿De nobis ipsis silemus?”: Epistemología de la investigación biográfico-narrativa en educación. **Revista Electrónica de Investigación Educativa**. v. 4, n. 1. p.41-62, 2002.
- DENIS, P. A Ética da História Oral na África do Sul. In: **Oralidades: Revista de História Oral**, nº 3, São Paulo, jan-jun de 2008, p. 47-63.
- FORTES, M. F. A. ESCOLA RURAL MINEIRA: Observações produzidas a partir de depoimentos de antigas professoras. In: **Educ. Rev.**, Belo Horizonte (18/19), p. 80-92, dez. 1993/jun. 1994. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/n18-19/n18-19a09.pdf>
- GARNICA, A. V. M.; MARTINS, M. E. Educação e Educação Matemática em escolas rurais do Oeste Paulista: um olhar histórico. **ZETETIKE – Cempem – FE – Unicamp – v. 14 – n. 25**, p. 29 – 64, jan./jun. 2006.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 7ªed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 107 p.
- LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J. (Org). **A História Nova**. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 25-67.
- MARTINS, M.E. **Resgate histórico da formação e atuação de professores da escola rural**: um estudo no oeste paulista. 2003. 216f. Monografia (Iniciação Científica em Educação Matemática) – Faculdade de Ciências, UNESP, Bauru, 2003. Disponível em http://www.ghoem.com/textos/h/relatorio_final_IC_Edneia.pdf.

- MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MEIHY, J. C. S. B. Palavras aos jovens Oralistas: entrevistas em História Oral. **Oralidades: Revista de História Oral**. Núcleo de Estudos em História Oral, USP, Ano 2, n. 3, 2008.
- SCHMITT, J-C. A história dos marginais. In: LE GOFF, J. (Org). **A História Nova**. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.261-289.
- SILVA, H., SOUZA, L. A. de. A história oral na pesquisa em Educação Matemática. In. **Boletim da Educação Matemática**. Ano 20, n. 28. Rio Claro: Unesp, Programa de Pós Graduação em Educação Matemática, 2007. p. 139-162.
- SOUZA, L. A. **História oral e Educação Matemática**: um estudo, um grupo, uma compreensão a partir de várias versões. 2006. 314 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006. Disponível em:
http://www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/get.php/3815/souza_la_me_rcla.pdf.
- SOUZA, L. A. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um Grupo Escolar**. 2011. 420 f. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Programa de Pós Graduação em Educação Matemática, 2011.